



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
JABOTICABAL.

OFÍCIO Nº 64/2020

Apresento a Vossa Excelência e à consideração deste Egrégio Plenário o Relatório Final da CEI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JABOTICABAL (SAAEJ).

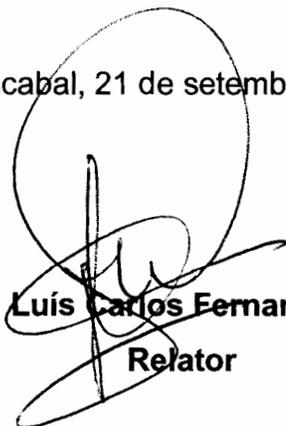
Relatório dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito constituída para apurar possíveis irregularidades junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (SAAEJ), especialmente nos investimentos e manutenções da rede de água, que culminaram na falha de abastecimento em vários bairros da cidade, negligenciando a lei nº 1.133/74, em especial seu art. 2º.

Presidente: Dr. Paulo Henrique Advogado

Relator: Luís Carlos Fernandes

Membro: Ademilson Aparecido Servidone

Jaboticabal, 21 de setembro de 2020.


Luís Carlos Fernandes
Relator

RECEBI

21/09/2020



I - ROTEIRO E PAUTA

A Comissão Especial de Inquérito – CEI, cujo ato da mesa nº 27/2019, de 09 de outubro de 2019, constituiu os vereadores Ademilson Aparecido Servidone, Luís Carlos Fernandes e Dr. Paulo Henrique Advogado, com o escopo de apurar possíveis irregularidades junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (SAAEJ), especialmente nos investimentos e manutenções da rede de água, que culminaram na falha de abastecimento em vários bairros da cidade, negligenciando a lei nº 1.133/74, em especial seu art. 2º, se utilizou como roteiro e pauta de trabalho a análise da Resolução nº 272/01, de 17 de abril de 2001, bem como, da ata de instalação da Comissão Especial de Inquérito, instituída pelo Requerimento nº 137/2019, de 02 de outubro de 2019, da Câmara Municipal de Jaboticabal, com a ciência às pessoas indicadas que diretamente ou indiretamente estivessem envolvidas nos fatos constantes no requerimento já inserido, para que, querendo, acompanhassem os trabalhos ou constituíssem defensores devidamente habilitados. Ficou deliberado o seguinte: 1) para assessorar os trabalhos da CEI – a) um funcionário do Departamento Técnico Legislativo objetivando secretariar os trabalhos; b) um funcionário do departamento Jurídico para prestar assessoria jurídica; c) um funcionário do departamento de imprensa para a gravação dos depoimentos tomados e registro fotográfico em diligências; 2) As reuniões da CEI, bem como as oitivas, foram realizadas na Sala da Biblioteca “Aldo Senen”, as 10h30, conforme data em relatório descrito, pautadas pelo mais alto espírito de imparcialidade e justiça.

II – DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal tem a lúdima competência de legislar. Ao passo dessa competência, está outra que lhe é inerente e essencial para constituir sua natureza de poder autônomo: a fiscalização dos atos do Poder Executivo, incluídos o da Administração indireta e funcional, discriminados no Art. 17 da Lei Orgânica do Município.



A competência fiscalizadora da Câmara Municipal é extensa, e essa extensão alcança todos os limites de sua competência legislativa.

Para tanto: a Câmara Municipal tem o poder de fiscalizar todos os assuntos e temas a respeito dos quais está capacitada, pela carta da República. As Comissões Especiais de Inquérito (CEI) no caso ora tratado constituem um dos mais importantes instrumentos que se dispõe para exercer sua competência constitucional, conforme Art. 79 e 80 em seu §1º e §2º do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O funcionamento e trâmite é resultado de um entendimento entre lideranças políticas que pautam pela ética, equilíbrio e moralidade, que se tem articulado para, com o máximo de critério, isenção e imparcialidade, investigar fatos que de forma inequívoca, desonrem, conspurcam a administração pública.

III. DA FINALIDADE DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO

A Comissão Especial de Inquérito tem por sua finalidade em seu art. 33 da Lei Orgânica do Município, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos do Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, findando seus limites no art. 1º, 2) e inciso XVIII da Resolução 272, de 17 de abril de 2001.

IV. DO RELATÓRIO

Às dez horas do dia 23 de outubro de 2019, na Câmara municipal de Jaboticabal-SP, localizada na Rua Barão do Rio Branco nº 765 – Centro, foi instalada a Comissão Especial de Inquérito, deflagrada pelo Requerimento nº 137/2019, com objetivo de apurar possíveis irregularidades junto ao SAAEJ - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal, especialmente nos



investimentos e manutenções da rede de água, que culminaram na falha de abastecimento em vários bairros da cidade, negligenciando a LEI 1.133/74, em especial seu artigo 2º, cujo Ato da Mesa nº 27/2019, nomeou os membros Pepa Servidone, Luís Carlos Fernandes e Paulo Henrique Advogado. Os membros da Comissão, de acordo com a Resolução nº 272, Art. 1º, inciso VI, elegeram como presidente desta comissão o vereador Paulo Henrique Advogado e como relator o vereador Luís Carlos Fernandes. De acordo com a Resolução nº 272, Art. 1º, inciso VII, o relator solicitou ao Presidente que também, via ofício protocolado, desse ciência da instalação, dos trabalhos dessa CEI aos vereadores requerentes, ao Senhor José Carlos Abreu, presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (SAAEJ), bem como ao Prefeito Municipal, José Carlos Hori, que diretamente tem interesse na apuração do fato determinado por si, ou por procurador jurídico formalmente constituído, com roteiro e pauta anunciados antecipadamente. Logo após, o vereador Pepa Servidone apresentou cópia do processo nº 287/2019, protocolado por ele à Procuradoria Jurídica, cujo Parecer Jurídico do procurador desta Casa, Dr. Leonardo Latorre Matsushita, analisou a legalidade do Requerimento nº 137/2019 que deflagrou a presente CEI, de acordo com o Regimento Interno e a Resolução 272/2019.

O Presidente da CEI informou que após analisar o Parecer Jurídico do procurador desta Casa, Dr. Leonardo Latorre Matsushita, sobre a legalidade do Requerimento nº 137/2019, entendeu que diferente do que consta no parecer, o requerimento tem sim fato determinado (o que se refere à falta d'água, ano após ano), e que esta CEI deve apurar/investigar os motivos que levaram a administração do SAAEJ não resolver ou amenizar tal questão.

O Presidente da CEI pediu que se juntassem ao processo cópias de várias matérias veiculadas em diversos órgãos da imprensa local, dos últimos 7 (sete) anos, sobre a constante falta d'água do município, e ao procurador do Município que juntasse ao processo os documentos necessários que justificassem os investimentos do SAAEJ.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**

Palácio Ângelo Berchieri

No dia 04 de novembro de 2019, em oitiva com o convocado senhor José Carlos de Abreu, Presidente do SAAEJ, o Presidente da CEI deu início com alguns questionamentos: "Perguntou como o Presidente do SAAEJ encontrou a autarquia, quais os planejamentos para sua gestão e quais foram os investimentos. Em resposta o Presidente afirmou que desde maio de 2018 encontrou problemas de falta d'água, em especial em alguns bairros que tinham o fornecimento através de caminhões pipa (bairros como o Morada Nova), e que conseguiu investir no trabalho de levar água até os reservatórios, resolvendo problemas deste tipo de fornecimento. Afirmou que são vários fatores históricos que influenciam os problemas, entre eles: os reservatórios à jusante, lugares com pressão baixíssima e outros altíssima, e alguns só com o bombeamento de água para estes reservatórios. Outro é a falta de setorização, a rede toda interligada, sem setorização, afetando o fornecimento quando se precisa resolver problemas pontuais, a rede é aleatória, feita sem um estudo. Afirmou também que para fazer a água chegar aos reservatórios foi necessária a instalação de peças (válvulas, bombas, etc.) para que se resolvesse o problema da pressão da água, pois é um problema antigo. Ressaltou também que há deficiência operacional na parte de engenharia, pois há falta de engenheiros elétricos e hidráulicos (só existe um engenheiro civil), que tem que tomar conta de toda a malha de mais de 480Km de rede, afirmou que falta um registro da rede (mapa cartográfico), inclusive das mudanças feitas à partir de 2008, que não se tem registro. Disse, que desde abril estão planejando um trabalho com engenheiros (através de cotação/orçamento para contratação) a fim de fazer a logística de distribuição, pois as interligações foram feitas de maneira aleatórias, sendo necessário que se faça um registro para sanar o problema da falta de informações nos dados da rede/malha de distribuição. Perguntado sobre as ações necessárias para resolver o problema da falta d'água, o Presidente do SAAEJ afirmou que o sistema é ligado por "espinha de peixe" e não por "anéis", estas redes mestras envolvem uma região que mantém a pressão nas redes menores, sendo que a setorização traria benefícios, pois ela permite que resolvam os problemas pontuais, o que não comprometeria a distribuição macro. Disse, também, não existir um sistema



operacional de georreferenciamento completo em toda a distribuição e nem um Centro de Controle Operacional (CCO) que traria um melhor controle na rede (oferta e demanda). O Presidente do SAAEJ ainda pontuou que o sistema é interligado (do tipo espinha de peixe), o que causa os problemas já elencados na distribuição de água, e que demandará um grande investimento para a mudança da rede de distribuição, que deve começar com a contratação de uma empresa de engenharia hidráulica especializada, para que todos saibam os objetivos e tenham um entendimento global e não o que está sendo feito até hoje, onde se resolvem problemas pontuais e que acabam refletindo em outros problemas. José Carlos de Abreu afirmou ainda, que uma empresa chamada "NS Engenharia" fez um trabalho de levantamento da rede voltado para a diminuição de perdas, mas não para o controle de distribuição. O vereador Luís Carlos Fernandes, perguntou sobre os reservatórios de água. Em resposta, o presidente do SAAEJ disse que existem 43 reservatórios, em que 31 estão em funcionamento, 20 deles estão com equipamentos tecnológicos de monitoramento instalados, *software* que indica o registro de quantidade de água no reservatório, e que os problemas de abastecimento de reservatório se dão pelo fato de serem à jusante, e que deveriam funcionar como num sistema de cinturão, em que fossem automaticamente abastecidos pelo sistema de gravidade. Explicou ainda que a pressão na rede varia de acordo com o consumo, quando você bombeia a água e várias pessoas estão utilizando você tem uma pressão, quando o consumo diminui, a pressão acaba aumentando, porque as bombas seguem com a pressão, o que acaba danificando vários pontos na rede. Ainda em resposta falou da instalação em alguns bairros, como na rodoviária, os poços fariam o abastecimento de vários reservatórios. Perguntado sobre a instalação de válvulas redutora de pressão, em resposta afirmou que elas foram colocadas para controlar o fornecimento, mas que criaram outros problemas na distribuição, pois como a pressão foi diminuída pela válvula, acabou potencializando a falta de água em alguns pontos da cidade, e em alguns lugares a água até chegava, mas com baixíssima pressão e foram retiradas temporariamente (as válvulas não foram investimentos do SAAEJ e sim compradas a fundo perdido da FEHIDRO). Questionado ainda



sobre o que foi feito em sua gestão, em resposta afirmou que em investimento, antes da taxa do lixo, o SAAEJ trabalhava e não conseguia pagar todos os gastos, entrando os anos sempre com déficit no orçamento. Depois da taxa do lixo, foi feito um controle do orçamento para sanar os problemas financeiros da Autarquia, de concreto, foram investidos em peças (válvulas de registros e registros) e também na compra de máquinas (retroescavadeira) e automóveis, melhoria de estrutura interna (computadores e software) para fazer a gestão, quase R\$ 1.3 milhão exclusivamente em água. Houve, então o problema da ETA, junto ao Ministério Público, para começar a fazer a reforma/construção com investimento de mais de dois milhões. Desde março, tem-se trabalhado no pedido de verbas para resolver o problema da ETA, sendo que foi necessário cortar todos os investimentos da Autarquia (fazer caixa) para iniciar a contratação de uma nova ETA que será construída com recursos próprios e com a ajuda da Câmara Municipal (devolução de recursos economizados pelo Legislativo ao longo do ano). Hoje, entende-se que haverá um pulo de 600 metros cúbicos para 900 metros cúbicos de água tratada na oferta de água, o que representa dois poços profundos, sem custo adicional. A abertura de poços profundos tem que ser repensada, pois não adianta ter oferta de água se não temos uma boa distribuição. Destacou também que se tem trabalhado para a diminuição das perdas de água, afirmando que diminuiu de 48%, em 2018, para 34% hoje, dentro do que preconiza a Lei, tendo que cumprir as normas e objetivos traçados pela agência reguladora, a ARES-PCJ (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), sendo necessária a contratação de uma nova ETA e a mudança na logística de distribuição. O vereador Pepa Servidone, ainda sobre as perguntas, questionou sobre o problema dos poços da Av. José da Costa e da Rodoviária, em resposta, sobre o poço da José da Costa, o presidente do SAAEJ explicou que assim como o poço do Distrito Industrial tem uma boa vazão, que custou investimentos entre os trâmites de autorização, que houve um problema pontual de documentação antes da publicação, mas foi resolvido rapidamente, e, feitos os testes de vazão, começou a funcionar. Voltou a ressaltar que a distribuição sofre alguns problemas exatamente por causa da



não setorização, pois a água se perde na distribuição e algumas residências próximas não são atendidas. O problema da COHAB II acontece, pois há um “booster” instalado com capacidade de vazão de 80 metros cúbicos de água, mas a demanda é de 120 metros cúbicos, o que deve ser solucionado através da interligação da rede mestra para a troca de um “booster” que dê mais capacidade de água para a distribuição, sendo a previsão desta interligação e troca para esta semana. Em pergunta o vereador Pepa Servidone ainda questionou sobre as reclamações da compra de equipamentos básicos e também do trabalho de alguns funcionários, além dos pagamentos da Autarquia. Em resposta sobre a compra de equipamentos, o Presidente do SAAEJ afirmou “que somente compra os equipamentos necessários e de acordo com o orçamento permitido”, sobre o problema de funcionários, ele afirmou novamente que é necessária a presença de engenheiros elétricos e hidráulicos (só possui um engenheiro civil), que possui uma equipe de funcionários trabalhando e tentando resolver os problemas e que existem vários funcionários passando por capacitação, para trazer benefícios na prestação de serviços da autarquia. Hoje temos o dobro de ligações e diminuiu o número de funcionários, por isso é difícil fazer a gestão, pois é necessário montar a equipe para o campo, inclusive aos sábados e domingos, sendo necessário pagar horas extras para a equipe que hoje é deficitária em relação ao número de colaboradores. Afirmou que, olhando para o todo, o SAAEJ começou a entrar nos trilhos em 2018, início de 2019 (pós taxa do lixo), pois o SAAEJ ficou sem investimentos quase dez anos e que levarão ainda alguns anos para que os planejamentos sejam realmente implantados. O vereador Pepa questionou sobre a compra de alguns automóveis, e em resposta o presidente do SAAEJ respondeu que, como o problema da máquina retroescavadeira, foi necessário investir na compra de novos veículos, pois se gastava muito para consertá-los. Afirmou também, que o Plano Municipal de Saneamento Básico está pronto e crava um investimento de quarenta e cinco milhões nos próximos dez anos, ou seja, muito investimento em água em Jaboticabal. O presidente do SAAEJ afirmou ainda que quer entregar em 2020 a setorização de quatro pontos e que para os próximos anos a extensão da



rede e novos reservatórios com a construção na nova ETA, o que atende diretamente o fornecimento de água. Sobre o cronograma, há um estudo como foi feito na Cohab II em 2018, do restante será feito um estudo a ser elaborado por uma empresa de engenharia de água, para que as ações sejam feitas com planejamento para não resultar nos problemas de antes. Respondeu que o bairro Grajaú não tem reservatório e resolverá o problema com a troca do “booster”, pois é um dos bairros que sofre com o problema da má distribuição da rede. Questionado sobre como é feita a conta para a escolha de um reservatório, o presidente do SAAEJ explicou que o estudo é feito por número de pessoas por residência, de acordo com o setor, uma conta que define a demanda e a necessidade de distribuição. Os reservatórios pequenos (os que foram feitos pelos loteamentos) acabam ficando sob responsabilidade do SAAEJ. Perguntado sobre a privatização, o presidente do SAAEJ afirmou que a autarquia é superavitária e que temos uma tarifa de água das mais baratas da região, isso impede de fazer grandes investimentos. Disse também que ainda dá para pensar no SAAEJ como uma autarquia municipal, mas que isso dependerá da vontade de quem sentar na cadeira do SAAEJ e de vontade política, afirmou também que em Jaboticabal temos 100% de água e esgoto tratados e estamos prontos para trabalhar de forma digital. Perguntado pelo vereador Pepa Servidone sobre a colocação de mais de um hidrômetro em terreno que há mais de uma residência, em resposta afirmou que a procura pelo segundo Hidrômetro está grande. O presidente voltou a lembrar que o SAAEJ cumpre normas e objetivos definidos pela agência reguladora (ARES-PCJ). O Presidente da CEI, Dr. Paulo, questionou sobre a afirmação dita aos vereadores pelo Presidente do SAAEJ em uso da tribuna na Câmara Municipal em 2019, de que não faltaria água em Jaboticabal. Em resposta o Presidente do SAAEJ disse que na verdade, teria se referido à oferta de água, que não faltaria água quanto à produção, e não quanto à distribuição, se retratou pelo mal-entendido e afirmou que é contra abertura de novos poços profundos em virtude das despesas com energia que é exorbitante”. Após a oitava, a Comissão requereu informações através do Ofício nº 06/2019 (fls.94 a 96) ao



Presidente do SAAEJ, dando o prazo até 10 dias para apresentação da reposta.

No dia 25 de novembro de 2019, foram lidas e discutidas as respostas enviadas pelo Presidente do SAAEJ através do ofício nº 248/2019, juntadas ao processo (fls. 101 a 199 – volume I e fls. 203 a 353 – volume II), protocolado nesta casa dia 20 de novembro de 2019, bem como requereram à presidência da Câmara Municipal a urgente contratação de profissionais habilitados (engenheiro e advogado) para analisarem a documentação apresentada e poder contar com laudos técnicos, através do ofício nº 09/2019 (fls. 355). No dia 02 de dezembro de 2019, em reunião, a presidência da Câmara Municipal não havia respondido a solicitação da contratação dos profissionais solicitados para averiguação e análise de documentos apresentados pelo SAAEJ. No dia 09 de dezembro de 2019, o presidente da CEI informou que a presidência da Câmara Municipal respondeu a solicitação da contratação dos profissionais solicitados para averiguação e análise de documentos apresentados pelo SAAEJ, através do ofício nº 167/2019 (fls. 362), e que, segundo o presidente da Casa, entende que o procurador deste Poder Legislativo é competente para fazer tal análise jurídica, e, quanto a contratação de um engenheiro, autorizou a contratação e encaminhou ao setor competente, através do ofício nº 19/2019 (fls. 364), para que a partir de 20 de janeiro de 2020, com a abertura do orçamento, inicie o processo de contratação e ao Departamento Jurídico, através do ofício nº 20/2019 (fls. 366), para que abra carga do processo físico ou solicitasse cópia.

Encaminhou ofício nº 16/2019 (fls. 368) ao plenário solicitando a prorrogação de prazo para mais noventa dias, com base na Resolução 272 de 17 de abril de 2001, art. 1º, d, XV, a partir do término do prazo em andamento, a fim de dar continuidade aos trabalhos da presente CEI, em virtude de que os prazos não são suspensos durante o recesso parlamentar e convocou o senhor Edilson Wagner Ribeiro, funcionário do SAAEJ, através do ofício nº 15/2019 (fls. 370), para a próxima oitiva.



No dia 16 de dezembro de 2019, o Presidente da CEI informou que seria apresentado na sessão ordinária desse mesmo dia, o ofício de prorrogação de prazo (mais 90 dias a contar do findar desta) para os trabalhos da presente Comissão Especial de Inquérito. Em seguida deu início à oitiva do Senhor Edilson Wagner Ribeiro, funcionário do SAAEJ, para responder questionamentos técnicos do problema de falta d'água e dos trabalhos do SAAEJ, na qual primeiramente foi questionado pelo Presidente da CEI de qual a sua função no SAAEJ? "Em resposta disse que é funcionário há 20 anos, que hoje é Diretor Técnico há dois anos. Antes dos dois anos, entrou concursado como encanador de rede e exerceu a função, dois anos antes de assumir a direção de encarregado da rede de água e esgoto. Perguntado sobre como são divididas as equipes de funcionários, como funcionam e quantas equipes? Em resposta disse que são seis equipes (esgoteiro, jardineiro, vazamento, ligação de água, pedreiro e operador de equipamento hidráulico). Perguntado sobre se há previsão de quando pode faltar água? Em resposta disse que não há previsão disto. Perguntado se quando há a falta de água em um bairro, quais podem ser os problemas? Em resposta respondeu que pode ser problema da rede, e como exemplo citou a Av. José da Costa, que tem uma adutora principal, que pode haver um problema e afetar todos os bairros próximos, como aconteceu recentemente, com problemas de energia ou do booster, ficando a equipe responsável por arrumar o problema, às vezes trabalhando a noite toda. Em seguida, o vereador Luís Carlos Fernandes, perguntou sobre os problemas naturais, que existem problemas de fornecimento mesmo sem em problemas pontuais. Em resposta disse que existe um problema hídrico, que primeiro é a rede, depois o reservatório, que às vezes há situação paliativa, para que haja o abastecimento, que o abastecimento acontece durante a noite, e o consumo durante o dia pode esvaziar todo o reservatório, e não tem como reabastecer. Em relação à água antes não "soprava" problemas de pressão, hoje o consumo aumentou e é difícil, pois existe também o problema da rede que não conhecemos, pois é muito antiga. Ele afirmou que precisa fazer a setorização para que possa haver uma melhor distribuição da água ofertada. O vereador Pepa Servidone perguntou se faltou água estes dias na cidade? Em



resposta disse que não faltou. Disse que a água enfraquece, mas não acaba, pois o problema é o consumo. Citou como exemplos de bairros em que as pessoas lavam muito a calçada, portão, etc. O vereador perguntou se a liberação de loteamento com quantidade xis de casas, se a caixa d'água que foi aprovada, geralmente consegue abastecer o bairro ou loteamento? Em resposta ele disse não saber responder sobre o assunto, pois não é a sua área. Perguntado sobre o poço da Av. José da Costa, ele afirmou que parece não ter dado muito resultado, perguntou se hoje consegue abastecer os bairros? Em resposta afirmou que foi feito para isso, para suprir a necessidade, que está funcionando, mas que ainda joga perto de 20.000 litros. Perguntado se resolveu o problema no local, em resposta disse que melhorou a distribuição, mas ainda não é suficiente. Perguntado sobre a caixa no bairro Morada do Campo, se está suprimindo a necessidade do bairro? Em resposta disse que a caixa está sendo abastecida pela água que vem do Bairro Vale do Sol e também da Av. José da Costa, e que está suprimindo a necessidade do bairro. Perguntado sobre a caixa do Bairro Residencial Romana, sobre quantos mil litros de armazenamento? Em resposta disse não saber. Perguntado se no mesmo local haverá a abertura de um poço? Em resposta disse também não ter esta informação. Perguntado sobre o bairro da Cohab II, se chegou à ligação até lá que vem do Bombeiro, pois o vereador está acompanhando a obra e está havendo o corte da tubulação no local. Em resposta ele disse que estão fazendo testes, mas ainda não há pressão para chegar água no reservatório, mas chega em algumas residências. Perguntado sobre a válvula do bairro Jardim Santa Rita, se ele sabe responder quem comprou, quem autorizou colocá-la e quem autorizou retirá-la? Em resposta disse não ter a informação. Perguntado se a engenharia está acompanhando os trabalhos no campo? Em resposta disse que tem acompanhado, não como antigamente, e afirmou que seu trabalho é de segunda a segunda, e que os funcionários de campo mais velhos têm compromisso real com o trabalho do SAAEJ. Afirmou que ele dá valor em seu serviço, para que possa fazer uma única vez. O vereador Pepa, em nome da Comissão disse que entende e parabeniza o trabalho dele com tanto compromisso. O vereador Luís Carlos disse entender



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**

Palácio Ângelo Berchieri

que falta planejamento. O vereador Pepa disse acompanhar o trabalho dos funcionários e a alegria de quando encontram, com dificuldade, os problemas. Perguntado pelo vereador Pepa se existe problemas de sabotagem, como ocorreu no passado, ele disse que não mais aconteceu recentemente. O vereador Luís Carlos perguntou se não poderia colocar um gerador na captação? Em resposta afirmou que para isso existe um custo e que até pouco tempo o SAAEJ tinha dificuldade de pagar até a conta de energia, ficando difícil comprar e instalar um gerador no local. O Presidente perguntou se o número de funcionários do SAAEJ, para as equipes, hoje, é suficiente para dar suporte aos trabalhos? Em resposta disse que para fazer os serviços sim, mas para rodar plantões, não, pois os trabalhos e os problemas pontuais acontecem fora da hora normal de serviço, sendo necessário resolver, independente do horário normal. Perguntado pelo vereador Luís Carlos sobre os plantões e a equipe de sobreaviso, em resposta disse que se houver um problema sério, eles procuram algum funcionário que pode ficar, mas que existe os plantões de sábado, domingo e feriado, não existe esta equipe de sobreaviso. Perguntado pelo Presidente sobre os equipamentos do SAAEJ, se são suficientes e eficientes para os serviços, em resposta afirmou que sempre pode melhorar ainda mais, e que, ultimamente, melhorou muito os equipamentos e o apoio de campo, inclusive do presidente". Findado a oitiva, o Presidente da comissão convocou para a próxima reunião o engenheiro civil do SAAEJ, senhor Carlos Augusto Pedroso Fenerich, através do ofício nº 22/2019 (fls 381).

No dia 03 de fevereiro de 2020, o presidente da CEI informou que foi apresentado e aprovado na sessão ordinária, na Câmara Municipal dia 16 de dezembro de 2019 o pedido de prorrogação de prazo (mais 90 dias a contar do findar desta), através do ofício 16/2019 (fls 378), para os trabalhos da presente Comissão Especial de Inquérito, e iniciou a oitiva do senhor Carlos Augusto Pedroso Fenerich, engenheiro civil do SAAEJ, fazendo os seguintes questionamentos: "Qual a função e quanto tempo de trabalho no SAAEJ? Em resposta ele afirmou que é Engenheiro Civil e entrou agosto de 1983, portanto há quase 37 anos no cargo; sobre a afirmação do Presidente do SAAEJ, em explicar sobre a dificuldade de registro da malha pluvial do SAAEJ. Os



reservatórios são de montante, que inicialmente enche as redes da casa e o que sobra vai para os reservatórios. Inicialmente, quando entrou, não havia registro desta rede, sendo que durante o início do seu trabalho tentou montar um esquema de rede, com ajuda dos funcionários mais antigos, aposentados, para continuar seguindo o trabalho. Este trabalho foi feito aos sábados, domingo e feriados. Na época a cidade ainda era pequena e era mais fácil de controlar. Com o crescimento da cidade a distribuição foi ficando prejudicada, sendo que os pontos mais altos ficam com dificuldade de abastecimento. Inicialmente os pontos mais baixos são abastecidos e o consumo fica menor e só aí consegue atingir a parte mais alta. O presidente perguntou se com o crescimento da cidade, com os novos empreendimentos, não haveria a possibilidade de resolver a questão? Em resposta o senhor Carlos Augusto disse que encaminhava diretrizes para os novos empreendimentos e estes atendiam ao que havia sido exigido pelo SAAEJ. O presidente perguntou se até hoje é assim que funciona. Os empreendedores fazem o requerimento e o SAAEJ encaminha as diretrizes para que o SAAEJ possa aprovar, e também a prefeitura, o novo empreendimento. O presidente afirmou que vários documentos foram enviados pelo SAAEJ, porém fez a seguinte pergunta: Para todos os empreendimentos é pedido um reservatório de água? Em resposta o senhor Carlos Augusto afirmou que sim, para todos os loteamentos é exigido um reservatório de água, e, de acordo com o número de lotes, é feito o cálculo sobre o tamanho do reservatório. O presidente perguntou se esse cálculo é feito pelo SAAEJ? Em resposta o senhor Carlos Augusto disse que sim, que existe uma norma, que deve ser obedecida e através desta é feito o cálculo do tamanho do reservatório. O presidente disse que o número de reservatórios, localidades, ativos e inativos, afirmando que alguns reservatórios, por exemplo, no bairro São José, feito pela empreendedora, ainda não está ativo, sendo que muitas construções já estão feitas, moradores utilizando a água de reservatórios vizinhos, então qual a situação destes reservatórios, por que isso acontece? Em resposta o senhor Carlos Augusto afirmou que existem metas a serem atingidas, sendo que podem ocorrer alguns acordos entre o SAAEJ e o empreendedor para que o SAAEJ conclua a construção do reservatório. A



princípio o empreendimento é abastecido pela própria rede de água, para que posteriormente o SAAEJ conclua a construção do reservatório. O vereador Luís Carlos Fernandes, perguntou como funciona a parte de engenharia do SAAEJ e em resposta o senhor Carlos Augusto disse que quando entrou era só ele e depois veio uma engenheira, sendo que agora ele está novamente sozinho, pois ela aposentou-se e que faz uns quatro meses que a prefeitura cedeu um engenheiro para o SAAEJ, pois a demanda de trabalho no SAAEJ é grande e a cidade está crescendo cada vez mais. O vereador perguntou então, se com o crescimento da cidade e da demanda de trabalho, houve investimento do SAAEJ na estrutura de engenharia para a modernização. Em resposta o senhor Carlos Augusto afirmou que já apresentou projetos, porém eles dependem de investimentos financeiros de grande porte, sendo que com as dificuldades financeiras do SAAEJ e sem verbas fica difícil de concluir estas obras, portanto poucas foram feitas. O vereador perguntou: E hoje, existe um projeto, visando uma setorização, uma melhor distribuição? Em resposta, o senhor Carlos Augusto disse que após a aprovação da Lei da Taxa do Lixo conseguiu resolver o problema do Lixo. Assim, uma empresa contratada ficou de entregar um novo projeto para fazer o mapeamento e as obras de setorização que deve ser constante, mas demanda obras de muitos investimentos, pois não são baratos, e afirmou que esta nova gestão está empenhada em resolver os problemas, com novos projetos, através de reservatórios de jusante, sendo que a água entra no reservatório e à partir dele será feita a distribuição. Além disso, também projetos elétricos para baixar os custos com energia e transferir esses valores para novos investimentos. O vereador Pepa Servidone perguntou em relação à autorização dos novos loteamentos, sobre os cálculos, sobre o volume de água nos reservatórios e o número de casa, ou seja, o consumo, se isso é feito e acompanhado pelo SAAEJ. Em resposta, o senhor Carlos Augusto disse que o cálculo é feito de acordo com a norma, sendo que para cada pessoa é dimensionado o volume de 250 litros/dia por pessoa, e contando que o lote pode ser habitado por cinco pessoas, a partir daí é feito o dimensionamento do reservatório que deverá ter um volume para atender o empreendimento por um período mínimo de oito



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**

Palácio Ângelo Berchieri

horas, ou seja, um terço do consumo diário. O vereador perguntou ainda se existem reservatórios que não estão funcionando? Em resposta o senhor Carlos Augusto disse que alguns, como o caso do bairro São José, como anteriormente citado, entre outros com pequenos problemas para resolver, inclusive para contratação de empresas especializadas para manutenção. O vereador perguntou quanto tempo à empresa/empreendedor fica responsável pelo reservatório, após sua conclusão e entrega do empreendimento. Em resposta o senhor Carlos Augusto afirmou que são cinco anos, inclusive como exemplo, no loteamento Athenas, um dos reservatórios apresentou problema de vazamento, sendo que a empreendedora teve dificuldade e o SAAEJ pode resolver o problema desde que remunerada. Em relação aos problemas de a engenharia acompanhar as manobras feitas, inclusive com os problemas de registros danificados, isso se dá ou é mesmo aliada à crise hídrica? Em resposta o senhor Carlos afirmou que o abastecimento é feito com as dificuldades da rede e os problemas pontuais atendidos, como no caso do bairro Morada Nova que está encontrando um pouco mais de dificuldade para solucionar o problema de abastecimento do local, sendo que a engenharia acompanha hoje todos os problemas, tanto de novos projetos e também os problemas pontuais, que antes não ficavam sabendo, mas hoje, saindo a campo e acompanhando os problemas, tem tentado solucioná-los. Afirmou também que antes havia problemas inclusive de transporte, mas que a nova gestão tem atendido e está atuante, oferecendo um automóvel para o melhor deslocamento, exclusivo para engenharia. O vereador perguntou quais os bairros hoje seriam importantes para serem melhor atendidos no abastecimento. Em resposta, o senhor Carlos Augusto afirmou que existe muita água. Que o novo projeto que será apresentado por uma empresa contratada, sendo a setorização nos dando orientações a respeito das obras a serem projetadas e executadas. Em relação ao abastecimento nos bairros próximos à Cohab II, existe um estudo para a implantação de novo reservatório, de montante, para que a água entre, saia e seja captada a jusante, por estações elevatórias que farão a distribuição de água para os bairros situados nesta região. Perguntou por que só agora a engenharia levantou o problema de tais



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**
Palácio Ângelo Berchieri

investimentos, sendo que já vem se agravando há mais de dez anos. Em resposta o senhor Carlos afirmou que o problema não é de projeto e sim de dinheiro para investimento. A empresa contratada efetuará um levantamento das condições atuais da rede, verificando os problemas e apresentando soluções. Ele afirmou que não acompanha o trabalho da empresa diariamente no campo, pois também há outras demandas de trabalho no escritório. Afirmou que a empresa irá detectar os problemas e apresentar as soluções através de um projeto a ser apresentado, sendo que estes estudos estão no caminho certo. Afirmou que os projetos ao longo dos anos apresentados pela engenharia não foram implementados por falta de recurso. O vereador Pepa afirmou que os problemas políticos enfrentados com a criação da taxa do lixo são grandes, e perguntou se até 31 de dezembro deste ano o SAAEJ apresenta soluções para o problema da falta de água. O senhor Carlos Augusto disse que os recursos, após o problema do lixo solucionado, estão sendo todos para estes investimentos”.

Findado a oitava, o vereador Pepa Servidone sugeriu que a empresa contratada apresentasse estudos que estão sendo feitos e o projeto aqui na Câmara Municipal. O presidente da CEI juntamente com os membros discutiu sobre o documento recebido do Departamento de Administração através do ofício 170/2019 (fls. 06) de acordo com a Lei nº 8666/93 e alterações, sobre a necessidade da Comissão em enviar as especificações para a contratação de engenheiro para suporte dos trabalhos da CEI, deliberando que o procurador da Câmara Municipal prepararia um esboço das especificações, que posteriormente junto dos membros, definiriam o texto a ser encaminhado para o edital de contratação.

No dia 10 de fevereiro o presidente da CEI discutiu a elaboração do documento sobre as especificações (objeto) para a contratação de engenheiro, para suporte dos trabalhos da CEI, conforme Requerimento Diverso nº 2262/2019, (fls. 08), do Departamento Administrativo e encaminhou para o SAAEJ um requerimento através do Ofício 26/2020 (fls. 391), solicitando cópias dos Decretos de Autorização dos Loteamentos relativos aos reservatórios



informados à CEI pelo SAAEJ, constando a quantidade de lotes por empreendimento, e, na falta do Decreto (entre os mais antigos), uma certidão que atestasse a autorização do loteamento e o número de lotes de cada empreendimento.

No dia 17 de fevereiro, o presidente da CEI comunicou que o documento (minuta descritiva) contendo as especificações (objeto) para a contratação de engenheiro, solicitado através do ofício nº 29/2020 (fls. 393), pelo Departamento de Administração estava em processo de cotação de preço.

O Procurador da Câmara Municipal, Dr. Leonardo Latorre Matsushita, explanando o relatório da análise dos contratos por ele feita, entregou aos membros da Comissão as observações feitas e sugeriu que, havendo alguma dúvida, solicitasse ao SAAEJ cópia integral dos processos de licitação e contratos para melhor análise, sendo assim, a Comissão deliberou que analisaria o relatório e que os membros apontariam os processos a serem solicitados e requeridos ao SAAEJ pelo presidente.

No dia 27 de fevereiro de 2020, o presidente da CEI comunicou que, após a indicação dos membros, encaminhasse ao SAAEJ requerimento através do ofício nº 32/2020 (fls. 398), para que encaminhasse a esta CEI, no prazo de 10 dias, a cópia integral dos processos licitatórios e dos contratos realizados pelo SAAEJ com as empresas relacionadas em documentação encaminhada pela própria autarquia, comunicou também o recebimento de documentos encaminhados pelo SAAEJ através do ofício nº 0039/2020, (fls. 406 a 453), referente ao ofício da CEI nº 26/2020.

O Procurador desta Casa, Dr. Leonardo Latorre Matsushita, informou que o processo de contratação do engenheiro encontrava-se na presidência para deliberação com os orçamentos obtidos pelo Departamento de Administração e recebeu da Comissão os documentos recebidos pelo SAAEJ (ofício nº 0039/2020), referente ao requerimento (ofício 26/2020) para análise e deliberou também que despacharia com o Presidente da Casa acerca do andamento do processo licitatório de contratação do engenheiro.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**

Palácio Ângelo Berchieri

No dia 04 de março de 2020, o Presidente da CEI comunicou que a respeito do andamento da contratação do engenheiro e do processo de licitação feito pelo Departamento de Administração, não haveria tempo hábil para o processo licitatório (dentro do prazo de andamento da CEI), haja vista o resultado dos orçamentos em que os valores enquadrariam processo licitatório no qual levaria muito tempo e em seguida informou os membros sobre a resposta do SAAEJ (ofício nº 067/2020 fls. 458), referente ao ofício da CEI nº 32/2020, informando que a resposta veio em negativa da prestação de informações feita pelo Secretário de Negócios Jurídicos do Município, em que a justificativa foi de que os contratos solicitados não são pertinentes ao objeto da CEI.

A comissão entendeu que os questionamentos são pertinentes ao objeto da CEI e reencaminhou os questionamentos para o SAAEJ através do ofício nº 36/2020 (fls. 467), haja vista que os valores dos referidos contratos chamaram a atenção, pois em oitiva do Presidente e do engenheiro técnico da Autarquia, foi mencionada falta de recurso para investimentos na área de abastecimento e distribuição de água.

No dia 11 de março de 2020, a Comissão encaminhou para o Engenheiro do SAAEJ ofício nº 37/2020 (fls. 471 e 472), de questões técnicas apresentadas pela CEI e que seriam encaminhadas ao Engenheiro contratado para que a Comissão confrontasse com a documentação juntada pelo SAAEJ. Na mesma ocasião o Presidente da CEI explanou aos membros, que o processo da contratação do engenheiro, foi cancelado conforme ofício nº 38/2020 (fls 476) do Presidente da casa.

Através do Despacho feito pelo Presidente desta casa no dia 23 de março de 2020, os trabalhos da CEI pelos prazos previstos nos atos editados pelo Poder Legislativo ficam suspensos.

No dia 04 de maio de 2020, foi requerido pelo SAAEJ, a juntada da resposta da Autarquia, através do ofício nº 101/2020 – SENJUR (fls. 498) referente ao ofício nº 36/2020 (fls. 467) da CEI.



No dia 21 de maio de 2020, juntou-se ao processo, Ato da Presidência nº 25/2020 (fls. 490) que suspenderam os prazos processuais das Comissões Especiais de Inquérito até o dia 31 de maio, em conformidade com o Decreto Estadual nº 64.881 de 22 de março de 2020, Termo de Retificação (fls. 492), dos ofícios acostados às folhas nº 464 e nº 465, juntada do documento encaminhado pelo SAAEJ ofício nº 0063/2020 (fls. 494 a 496) em resposta ao ofício da CEI 37/2020 (fls. 471), juntada do Processo Administrativo (R.D. 2262/2019 fls. 498 a 529), que solicitou a contratação de engenheiro para auxiliar nos trabalhos da CEI, juntada dos documentos encaminhados pelo SAAEJ ofício nº 101/2020 – SENJUR (fls. 498 (fls. 531 - volume III a fls. 4. 304 - volume XXII)), em resposta ao ofício da CEI 36/2020 (fls. 467), como também juntada dos Atos da Presidência nº 26/2020 (fls 4307 e 4308) e nº 28/2020 (fls 4309 e 4310), que permanecem suspensos os prazos processuais das Comissões Especiais de Inquérito até dia 28 de junho de 2020, observado o teor dos Atos da Presidência nº 17/2020 e 25/2020 e em conformidade com o Decreto Estadual nº 64.881 de 22 de março de 2020.

No dia 29 de junho de 2020, através do ofício nº 46/2020 (fls 4311), comunicou-se ao Presidente do SAAEJ a realização de visita dos membros da CEI a Estação de tratamento de Esgoto, bem como ciência ao Presidente da Câmara para que disponibilizasse um servidor do setor de comunicação para acompanhar a comissão (ofício nº 47/2020 – fls 4312).

No dia 02 de julho de 2020, realizou-se visita à Estação de Tratamento de Água do SAAEJ de Jaboticabal, estando presente o Presidente da Comissão Paulo Henrique Advogado, e os vereadores Luís Carlos Fernandes e Pepa Servidone, bem como o presidente do SAAEJ, o senhor Abreu. O presidente da Autarquia os levou para conhecerem todas as estruturas da antiga e da nova estação de tratamento de água em fase final de construção, informando o funcionamento de cada uma delas. Após visitarem as instalações os membros da comissão conheceram o centro de monitoramento dos reservatórios de água em funcionamento, onde o presidente da autarquia apresentou o monitoramento em tempo real, informando que o problema não é



a oferta de água e sim a má distribuição da mesma. O Presidente da CEI, bem como os membros, questionaram o presidente da autarquia sobre a necessidade de um novo mapeamento da rede de distribuição de água uma vez que anteriormente foram informados que o mapeamento em vigência encontra-se defasado sem alimentação necessária constante de informações, os membros foram informados pelo presidente da autarquia que um novo mapeamento já se encontra em desenvolvimento por uma empresa especializada. Fotos da visita anexa ao processo no volume XXII (fls 4315 a 4317).

No dia 06 de julho de 2020, através do ofício nº 49/2020 (fls 4318), comunicou-se ao Presidente da Câmara, a realização de visita a Estação de captação de Água no Córrego Rico, para que disponibilizasse um servidor do setor de comunicação e um do departamento Legislativo para acompanhar a comissão, bem como ciência ao Presidente do SAAEJ (ofício nº 48/2020 – fls 4319), informando o mesmo.

No dia 09 de julho foi realizada a visita na Estação de Captação de Água Jaboticabal, estando presente o Presidente da Comissão Paulo Henrique Advogado, os vereadores Luís Carlos Fernandes e Pepa Servidone, bem como o presidente do SAAEJ, o senhor Abreu e dos demais funcionários que acompanharam a Comissão durante a visita. Abreu acompanhou os membros da Comissão em todos os pontos da estação de Captação, explicando qual a função de cada um, bem como esclareceu a baixa eficiência da subestação, motores e bombas, em razão do sistema obsoleto, também pontuou que, para revitalizar a estação de captação de água e melhorar sua eficiência, seria necessário um investimento de aproximadamente um milhão de reais e mencionou que com a revitalização da estação, a mesma teria uma grande economia de energia, de forma que o investimento seria pago em alguns anos. Além dessas informações, o Senhor Abreu frisou que a eficiência energética e segurança no fornecimento de água para a população seria bem maior. Fotos da visita anexa ao processo no volume XXII (fls 4321 a 4326).



**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**
Palácio Ângelo Berchieri

No dia 10 de julho através do ofício nº 52/2020 (fls 4327) comunicou-se ao Presidente do SAAEJ, realização de visita a alguns reservatórios de água de Jaboticabal, bem como deu ciência o Presidente da Câmara através do ofício nº 53/2020 (fls 4328), informando o mesmo.

No dia 21 de julho de 2.020, iniciaram-se as visitas aos reservatórios de água e poços em atividades do SAAEJ, estando presente o Presidente da Comissão Paulo Henrique Advogado, os vereadores Luís Carlos Fernandes e Pepa Servidone, bem como o presidente do SAAEJ, o senhor Abreu, que os levou para conhecerem as estruturas dos reservatórios, iniciando-se pela COHAB II. Em questionamento por parte dos vereadores sobre a falta de água na COHAB II e nos bairros vizinhos, o presidente da autarquia senhor Abreu, informou que é necessário a construção de mais um reservatório nas proximidades do Corpo de Bombeiros para uma melhor distribuição de água aos bairros. Logo após, deslocaram-se para o reservatório e poço da Rua Comendador João Maricato, Abreu informou os membros da comissão sobre a necessidade de realizar uma manutenção nas bombas do poço. Informou ainda, que o reservatório no momento não vem trabalhando com sua total capacidade. Após o termino dos questionamentos a comissão e o presidente da autarquia senhor Abreu se deslocaram para os reservatórios dos bairros Morada do Campo e Residencial Romana, do qual foram informados pelo senhor Abreu que após muita luta e discussão com a loteadora do Residencial Romana, conseguiu além da instalação do reservatório, realização da perfuração de um poço para atender o loteamento Residencial Romana. O presidente do SAAEJ informou ainda, que o poço e reservatório abastecem mais três bairros próximos. Foto das visitas anexa ao processo no volume XXII (fls 4331 a 4338).

No dia 06 de agosto de 2020, encaminhou-se ao SAAEJ ofício nº 54/2020 (fls 4339 e 4340), solicitando informações sobre os 23 loteamentos criados entre 2004 a 2020.

No dia 11 de agosto de 2020, encaminhou-se ao SAAEJ ofício nº 55/2020 (fls 4341), solicitando informações sobre o valor despendido pela



autarquia no período compreendido entre a implantação da coleta de lixo pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto e o início da cobrança da taxa de coleta.

No dia 04 de setembro de 2020, reuniram-se na Biblioteca da Câmara, o Presidente da CEI e o vereador Luís Carlos Fernandes para marcar a realização de diligência junto ao SAAEJ, referente à ausência de resposta aos ofícios 56/2020, 58/2020 e 59/2020, bem como ausência de representante da Autarquia para dirimir as dúvidas.

No dia 08 de setembro de 2020, juntou-se ao processo resposta do SAAEJ ofício 0162/2020 (fls 4349), referente ao ofício da CEI nº 54/2020.

No dia 10 de setembro de 2020, encaminhou-se ao SAAEJ ofício nº 63/2020 (fls 4358), comunicando que no dia 14 de setembro, os membros da CEI realizariam diligência junto a Autarquia com os responsáveis pela contabilidade e engenharia para obter as informações solicitadas nos ofícios 56/2020, 58/2020 e 59/2020.

No dia 15 de setembro de 2020, juntou-se ao processo documentos encaminhados pelo SAAEJ (fls 4362), em resposta ao ofício nº 55/2020 enviado pela CEI a Autarquia.

No dia 16 de setembro de 2020, reuniu-se para reunião da Comissão Especial de Inquérito, o Presidente da CEI Paulo Henrique Advogado e os demais membros Pepa Servidone e Luís Carlos Fernandes, na qual o Presidente confirmou a realização da diligência junto ao SAAEJ no dia 15 de setembro de 2020, onde foram recepcionados pelo Presidente da Autarquia, Senhor Abreu, o qual informou que de 2004 até 2020, foram criados 23 (vinte e três) novos loteamentos, em apenas 02 deles foram realizados a perfuração de poços de água. Em seguida, o presidente do SAAEJ encaminhou os membros da CEI ao contador do SAAEJ, o qual entregou o relatório em que constam os gastos realizados pelo SAAEJ com a coleta dos resíduos sólidos de 2009 a 2017. Ato Contínuo, os membros da presente CEI finalizaram o relatório desta Comissão e encaminharam o mesmo à Mesa Diretora da Câmara Municipal, em cumprimento às disposições Regimentais, para



publicação e adoção das providências de sua competência. Finalizando, os membros da Comissão deliberaram sobre o encerramento das investigações.

Sendo assim, posso afirmar que esta CEI sempre agiu dentro dos princípios da legalidade, imparcialidade e impessoalidade quanto à análise de seu conteúdo como dos documentos colhidos.

V- DA CONCLUSÃO

A CEI (Comissão Especial de Inquérito), dentro do que prevê o regimento interno, teve seu prazo prorrogado por mais 90 (noventa) dias, diante da necessidade de apurar melhor os motivos referentes à falta de água, uma vez que o fato se mostrou bastante complexo. No andamento dos trabalhos, que transcorria dentro da normalidade e prazo fixado, houve o advento da pandemia do Coronavírus, o que dificultou algumas ações, pois o perigo de contágio passou a ser uma preocupação, e a responsabilidade de não expor pessoas ao risco uma obrigação. Assim, seguindo os atos da mesa diretora da Câmara Municipal referentes à quarentena, que foram publicados de acordo com determinação do governo estadual, o prazo foi sendo ampliado, acompanhando os referidos atos. Apesar das dificuldades, esta comissão, pautada pela reponsabilidade, ética e compromisso com a verdade, concluiu seus trabalhos e apresenta os itens apurados no que diz respeito a falta de água constante.

I – Transferência da responsabilidade da coleta de resíduos sólidos (lixo doméstico) da Prefeitura Municipal para o SAAEJ (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal).

A partir do ano de 2009, o serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo), que era realizado pela Prefeitura Municipal passou a ser executado pelo SAAEJ, o que trouxe a autarquia uma despesa de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) até a cobrança da taxa do lixo em 2018. Como não houve



nenhum repasse de receita da Prefeitura Municipal para suprir essa despesa nesse período, foi utilizado dinheiro da receita auferida com a água, o que comprometeu drasticamente os investimentos necessários para modernizar e acompanhar as demandas, cada vez maiores, devido ao crescimento natural do município. Desta forma, torna-se evidente que a falta de recursos para investimentos nesse período foi uma das principais causas da falta de água em nosso município, pois se esses valores gastos com o lixo tivessem sido aplicados na rede de distribuição de água, em reservatórios, poços profundos, capacitação de pessoal, maquinários, melhoria na captação de água, modernização do sistema, dentre outros, não estaríamos nessa situação calamitosa em que se encontra o abastecimento de água. Notoriamente houve, por parte da gestão, falta de planejamento e ações, a médio e longo prazo, para evitar ou, pelo menos, amenizar a situação em que se encontra o abastecimento de água atualmente.

II – Liberação de novos loteamentos sem planejamento com o abastecimento de água.

Conforme apurado, entre os anos de 2004 e 2020, foram liberados 23 (vinte e três) novos loteamentos pela Prefeitura Municipal, sendo que em apenas 2 (dois) deles foi exigido a construção de poço para abastecimento de água dos mesmos. Assim, fica evidente outro problema gravemente comprometedor para o abastecimento de água, pois aumenta-se substancialmente a demanda enquanto aumenta-se a oferta de forma praticamente irrisória. Esta é uma situação que também demonstra falta de planejamento ou normas mais definidas quanto as exigências da infraestrutura necessária na liberação de novos loteamentos referente a água. Obviamente que não estamos afirmando que todo novo loteamento deva ter um poço profundo, mas que é extremamente necessária uma melhor avaliação para evitar problemas futuros com o abastecimento, pois com o tempo a demanda aumenta naturalmente à medida que novas moradias vão sendo construídas. Com essa falta de visão de futuro, aconteceram casos em que se estendeu a



rede de água de um bairro que já tinha problemas com o abastecimento para outro novo loteamento, o que, com certeza ocasionou problemas para os dois.

III – Sistema de captação de água bastante defasado em relação ao crescimento da demanda.

Em visita ao sistema de captação de água localizado no Córrego Rico, responsável por 70% da água tratada e consumida em nosso município, observamos um conjunto de sistemas, hidráulico e elétrico, um tanto quanto arcaico, segundo depoimento dos próprios funcionários. Tanto as bombas quanto os transformadores/cabines de energia elétrica são os mesmos de décadas, necessitando de manutenção constante. Sabendo-se da dependência da energia elétrica para captação, bem como seu alto custo para funcionamento do sistema, é imprescindível que se tivesse analisado a possibilidade de outras alternativas como gerador próprio, sistema fotovoltaico ou então investimento no próprio sistema elétrico com equipamentos compactos e modernos que são mais eficientes e econômicos. Importante lembrar que, em algumas situações, a falta de água foi ocasionada exatamente pela falta de energia elétrica. Também neste caso houve falta de planejamento, a médio e longo prazo, para substituição dos equipamentos e melhoria do sistema.

IV – Falta de investimento em tecnologia para conhecimento, acompanhamento e controle do sistema de distribuição de água.

O mundo moderno exige cada vez mais a presença da tecnologia em todos os setores da economia, tanto pela rapidez quanto pela qualidade e eficiência dos dados necessários para uma boa gestão. É imprescindível a presença de recursos tecnológicos no sistema de distribuição de água, altamente complexo, para conhecimento, acompanhamento e controle do mesmo, como acontece no sistema das concessionárias de energia elétrica, por exemplo. Embora este



projeto tenha sido iniciado este ano com a implantação do CO (Centro de Operação), o que nos traz um alento e reconhecimento dessa iniciativa, entendemos que chegou muito tardiamente.

V – Falta de mão de obra qualificada no setor de engenharia

Analisando as atividades do SAAEJ fica evidente que se trata de uma empresa que necessita de um grande aporte da engenharia. No entanto, o SAAEJ conta apenas com um engenheiro civil, o qual vai muito além de suas funções, dentro daquilo que consegue para suprir essa demanda assumindo, muitas vezes, responsabilidades que não lhe são pertinentes. A presença da engenharia elétrica, hidráulica e ambiental, seja de forma direta ou indireta, traria, indubitavelmente, grandes resultados para a autarquia, principalmente no suporte técnico para a presidência, que na maioria das vezes não detém o conhecimento técnico necessário.

VI - Das recomendações e deliberações

Tudo posto, devem ser adotadas as seguintes providências:

1. Remessa do presente relatório à Mesa da Câmara Municipal em cumprimento às disposições Regimentais, para publicação e adoção das providências de sua competência;
2. Remessa do presente relatório ao Chefe do Executivo Municipal e ao Presidente do SAAEJ (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal), para conhecimento e providências sanadoras;
3. Remessa do presente relatório ao Ministério Público de Jaboticabal, para adoção das medidas legais cabíveis;

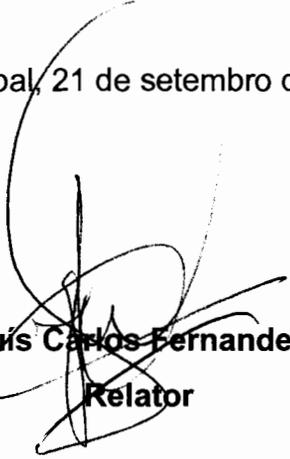


**CÂMARA MUNICIPAL
DE JABOTICABAL**

Palácio Ângelo Berchieri

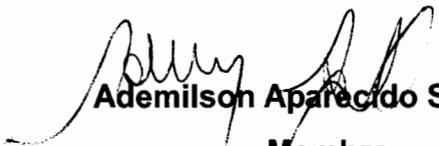
4. Determinação pela Mesa Diretora da publicação do presente relatório e leitura em sessão plenária da Câmara, para conhecimento dos demais membros desta Casa Legislativa.

Jaboticabal, 21 de setembro de 2020.



Luis Carlos Fernandes
Relator

De acordo com o parecer acima exarado:



Ademilson Aparecido Servidone
Membro



Paulo Henrique Advogado
Presidente